

# Nilo propõe conciliação; Freire exige mudanças

Ao se declarar "aberto ao diálogo e à negociação com representantes dos diversos partidos políticos", Nilo Coelho fez um convite "para que todos se coloquem dentro de uma perspectiva ampla, que possa conduzir a uma identificação objetiva da realidade e a uma justa apreciação dos acontecimentos".

Ele acha que essa perspectiva, necessária ao político, "não se pode restringir a particularidades de qualquer espécie, requerendo segura intuição histórica e uma vasta e compreensiva visão dos problemas que nos afetam, tanto no plano interno como no externo".

Referiu-se à crise mundial e às mudanças políticas, econômicas e sócio-culturais da atualidade, que, no seu entender, representam um fator de desorganização da sociedade, transformando-se frequentemente numa ameaça à justiça, à paz, ao direito e à liberdade.

Nilo Coelho lembrou depois que não se pode deixar de ter sempre em vista, "no esforço de solução dos nossos problemas, a perspectiva do quadro formado pelos fenômenos naturais que assolam muitas regiões do mundo". Citou a crise energética como um dos grandes problemas da atualidade, para notar, a seguir, que, nesse contexto, os políticos devem desenvolver, "com clarividência, uma ação consistente, sensata, objetiva e eficaz".

O esforço brasileiro, que leve o País a não apenas conviver com as dificuldades do mundo atual, mas a superá-las, deve, segundo o líder da maioria, conduzir-se dentro de um entendimento e ao lado de um trabalho constante, "que exige a compreensão e a participação de todos os cidadãos".

Lembrou que, a partir do movimento revolucionário de 1964, o País iniciou uma fase difícil, "mas benéfica e salutar". Em seguida ele disse que o Brasil é a oitava economia do mundo livre.

No campo político, Coelho aplaudiu o processo de "aperfeiçoamento da democracia", que, segundo ele, "reflete a firme disposição de construir no Brasil um regime estável, através da lúcida ação política do presidente João Figueiredo".

Assinalou, ainda, que os partidos políticos são "verdadeiras expressões de governo", para concluir que, tendo cada povo o seu próprio caminho para a democracia, "o nosso tem sido o da conciliação".

## OPOSIÇÃO

Marcos Freire dividiu o seu pronunciamento em duas partes, traçando na

primeira as linhas gerais da crise brasileira e da luta dos oposicionistas, para, na segunda, intitulada "tempos de tristeza, tempos de dor e de esperanças sem rumo", afirmar que o seu partido deverá continuar lutando de forma a pressionar o governo em favor de uma nova ordem, "com equilíbrio de forças sociais".

Ao reconhecer que os verdadeiros brasileiros se devem conscientizar da necessidade de um grande e patriótico entendimento nacional, Freire observou, no entanto, que "as pessoas estão cansadas, esgotadas, quase destruídas e já não acreditam nos poucos homens que nos governam e ditam os nossos destinos".

O diálogo proposto pelo líder do governo foi também lembrado por Marcos Freire, que, entretanto, situou como pontos prioritários desse entendimento os compromissos que os peemedebistas têm com o programa do partido.

O líder oposicionista deteve-se na análise dos principais problemas econômicos nacionais, afirmando que o Brasil é dependente do capital externo, "a ponto tal que meia dúzia de países produtores de petróleo poderá determinar a paralisação total do País".

Na parte política, assinalou que "o espírito de unidade oposicionista deve ser preservado acima de todos os interesses, para que possa efetivamente se contrapor à crise nacional". No seu entender, essa crise só pode ser enfrentada pela própria sociedade brasileira, "através de seus vários setores constitutivos, sendo o aprofundamento do diálogo nacional o primeiro passo para essa tomada de posição".

Freire insistiu na tese de que as grandes forças sociais do País se precisam entender e se conscientizar de que, no momento, "nenhum grupo específico tem o poder de impor os seus interesses aos demais".

Entre as propostas dos oposicionistas, Marcos Freire lembrou a necessidade de supressão de algumas leis de exceção, como a Lei de Segurança Nacional, Lei Falcão, Lei de Imprensa, Lei de Greve, entre outras.

Para ele, só com a eliminação dessa legislação e com a reformulação de outros pontos, ao lado da realização de eleições diretas em todo os níveis, será possível oferecer "o patamar formal para o exercício dos direitos de cidadania, com a reimplantação de uma ordem jurídica em que todos se sintam co-responsáveis".